

Matéria “A Psicologia em situações de emergências e desastres”

Entrevista com **Ana Lúcia Gonçalves Maiolino** (CRP 05/26306), psicóloga e engenheira geotécnica.

01. De que forma o processo de ocupação urbana do Rio, desde a Reforma Pereira Passos, contribuiu para a formação das favelas?

Foi exatamente a partir de uma das ações da reforma urbanística implantada por Pereira Passos, prefeito da cidade entre 1902 e 1906, que as favelas começaram a se desenvolver como uma alternativa de moradia significativamente importante para as classes mais baixas. Naquele momento, para o alargamento de várias ruas no Centro do Rio de Janeiro e, em especial, com a abertura da Av. Central (hoje Rio Branco), foram demolidos centenas de cortiços e casas de cômodos, sem que tenha sido dada qualquer alternativa, por parte dos poderes públicos, àquela população removida. A esses indivíduos restou a ocupação de bairros periféricos ao Centro (já densamente ocupados), a subida aos morros próximos ao Centro (até então ocupados de forma rarefeita) e a ida aos subúrbios.

Nas décadas seguintes, a favela é tratada como um problema, foco de doenças, vícios, vagabundagem, violência. Vários são os Planos que preconizam sua remoção, mas o fato é que nunca foi implementada uma política habitacional que respondesse às demandas dessa população, em geral empobrecida, com baixo grau de instrução, muitas vezes vivendo de viração e necessitando, visceralmente, morar próximo aos seus possíveis locais de trabalho.

A cidade se expande, as classes médias deslocam-se para as Zonas Sul e Norte e verifica-se um claro movimento de ocupação dos morros dessas áreas, em função da característica carioca de as camadas mais pobres terem como uma grande alternativa de trabalho a prestação de serviços às classes mais altas. Nos subúrbios, as favelas crescem com uma população basicamente operária, que trabalha em indústrias aí implantadas. A partir da década de 1980, a cidade se expande no eixo Barra-Jacarepaguá e, atraídos pela possibilidade de trabalho na construção civil e ainda na prestação de serviços às classes média e alta que se deslocam para essa região, observa-se o crescimento das favelas também nesses bairros.

Em suma, em uma cidade até hoje com uma rede de transportes deficiente e cara, e em face da ausência de uma política de desenvolvimento urbano que promova a produção de habitação popular, a solução “favela” tem sido a salvação para um grande contingente de indivíduos que não têm a possibilidade de se estabelecerem nos bairros formais da cidade.

02. De maneira geral, como as políticas públicas habitacionais foram implementadas no Rio de Janeiro a partir da Reforma?

O problema é este: conforme observei anteriormente, não foram implementadas políticas habitacionais ao longo de todo o século XX e neste início do XXI. É preciso lembrar que, ao falarmos de política habitacional, não podemos dissociá-la da questão do transporte, do saneamento básico, da implantação, no mínimo, de equipamentos de serviços nas áreas da saúde e da educação. Ou seja, o que falta ao país como um todo, e não apenas ao Rio, é a definição de uma política de desenvolvimento urbana que contemple e que seja competente na condução da implementação de todos esses componentes nos diferentes níveis e esferas de poder. É histórica a desarticulação dos poderes federal, estadual e municipal e notória a dificuldade tanto de estabelecer planos e metas, bem como de implementar os poucos que foram concebidos. A regularização fundiária, que não caminhou praticamente nada desde a

aprovação do Estatuto da Cidade, em 2001, é um bom exemplo, mas este é outro longo assunto.

03. Atualmente, que políticas públicas habitacionais estão sendo desenvolvidas no Rio de Janeiro e no Brasil?

Política de produção de habitação popular? Não vejo nenhuma em andamento, com o porte, a consistência e a agilidade necessárias às demandas acumuladas. O Plano Nacional de Habitação, peça fundamental para a implantação de uma Política de Habitação, está em elaboração desde 2007, com previsão de conclusão em 2023. Se você entrar no site do Ministério das Cidades, no ícone “Plano Nacional de Habitação – PlanHab”, você cai na seguinte manchete “Novidade: Conselho das Cidades recomenda calendário para discutir PlanHab em 2009”. Bem, estamos em meados de 2010. Parece-me bem ilustrativa essa falta de explicitação clara, a qualquer cidadão que acesse o site do Ministério, das ações que efetivamente estão em curso e da avaliação de suas metas. Essa não deveria ser uma questão conhecida apenas por especialistas, não?

Há o PAC, que veicula a alocação de verbas significativas na área de habitação e sabemos pelos jornais que há obras desse programa que não andam a contento. As obras no Pavão-Pavãozinho, por exemplo, estão com o cronograma atrasado.

Depois, há a questão dos financiamentos. Os bancos privados não serão, logicamente, grandes interessados nesse processo. A Caixa Econômica Federal, segundo artigo divulgado no próprio site do Ministério das Cidades teria condição de financiar apenas 300 a 350 mil imóveis, o que ensejou a necessidade de entrada do Banco do Brasil no processo, cabendo destacar que o BB não tem tradição de financiamentos para população de baixa renda. A meta do governo é de produção de 1 milhão de moradias em 2 anos. Sem nem entrar no mérito se 1 milhão é um número compatível com as necessidades do país, me parece que temos diversas dificuldades a enfrentar na implementação dessas metas.

No Rio, o Programa Minha Casa Minha Vida, em parceria com o governo federal, tem como meta a construção de moradias para famílias que ganham até 10 salários mínimos nos próximos quatro anos. No momento, encontram-se abertos os cadastros para participação no Programa. Teremos que analisar nos próximos anos como tudo caminhou.

Apenas para sair do foco da produção de habitação e pensarmos na reurbanização das favelas já existentes, o Programa Favela-Bairro, iniciado nos anos 90, no Rio, ficou parado durante os últimos 5 anos. Em março de 2008, um decreto municipal autorizou as secretarias municipais do Habitat e de Fazenda a realizarem as ações necessárias para o início das obras da terceira fase do Programa, mas apenas em 2010 foi assinado com o BID o contrato de financiamento de 50% do custo para a Fase III (o restante é contrapartida da Prefeitura). As obras deverão atender a 30 comunidades, que ainda estão em fase de seleção. Ou seja, mais uma vez teremos que esperar os próximos anos para fazermos nossas avaliações. Nesse ponto, gostaria de destacar, novamente, a pouquíssima transparência dos sites oficiais. O site da SMH/PCRJ, por exemplo, não indica as obras que estão em andamento, o cronograma previsto e a avaliação da implementação atual do programa, o que me parece ser um grave erro e entrave à participação ampla da sociedade, ao menos no que se refere ao acompanhamento do que é planejado.

04. Que ações devem ser tomadas para que desastres como o do dia 05 de abril desse ano não voltem a acontecer?

Esse é um assunto que merece muitas análises e tenho receio de ser superficial e, neste caso, fazer um desserviço ao usar esse espaço. Mas digamos que algumas coisas básicas são: em um nível bem imediato, fazemos um mapeamento técnico sério (e não político) das áreas de risco e tentar estabelecer um plano de reassentamento das populações mais vulneráveis. Digo reassentamento e não remoção, ou seja, que seja estudada e implementada, caso a caso e em conjunto com cada comunidade, a realocação dessas pessoas, de preferência dentro de locais nas próprias comunidades. Além disso, que é algo a ser feito ao longo de alguns poucos anos, o que se tem que fazer é estabelecer um plano habitacional consistente para a população de baixa renda, que lhes dê alternativas outras que não a ocupação dos morros, já que estes, evidentemente, são locais de maior risco, em especial nos momentos de fortes chuvas.

05. Qual a importância de a questão da ocupação ser discutida coletivamente?

A importância me parece óbvia. Primeiro, os afetados têm que participar das discussões e decisões. Isso é ponto pacífico e, se não são chamados pelos poderes públicos, o caminho é fazer resistência aos autoritarismos que possam se colocar em curso e cavar mesmo seu espaço de participação. No que se refere à população como um todo, ou todos percebemos que estamos em face de um problema que diz respeito à cidade e, portanto, a todos nós, ou continuaremos com nossa histórica representação de nós x eles. Logicamente que só construiremos uma sociedade menos desigual se deixarmos de naturalizar as situações de desigualdades. Para tanto, é preciso discutir, ouvir, se inteirar da realidade mais ampla, sair dos estereótipos e estigmas que tão facilmente reproduzimos.